

1980 – Arqueologia: Um ano de crise... de crescimento?

Luís Raposo

Arqueólogo

O Diário, 7 1 1981

De crise foi o ano de 1980 para a arqueologia portuguesa. E tê-lo-á sido de uma forma geral para todo o vasto sector do nosso património cultural. Crise pelas delapidações que continuam; crise pelos apoios que faltam; crise pelas medidas que se não vêem. Só que no caso da actividade arqueológica a estes factores de crise – estruturais. Diríamos – acrescentaram-se este ano outras circunstâncias de agravamento que quase conduziram ao colapso do “sistema” existente. É justo, porém, salientar que simultaneamente surgiram novos dados, aparentemente positivos. Daí a interrogação: crise, mas... de crescimento?

Quando um “sistema” caduco, que apenas subsiste pela falta de alternativas, treme ou entra em colapso, é motivo para satisfação. Dir-se-á que o velho dá lugar ao novo, cumprindo uma lei inexorável da vida.

No caso em análise, o velho é uma certa maneira de ver o nosso património cultural e, mais especificamente, a actividade arqueológica nacional. É o amadorismo; é a completa descoordenação existente entre os vários agentes que vão fazendo investigação; é a confrangedora incapacidade e burocratização dos serviços oficiais; é a estreita dependência de um património que é de todos se encontra relativamente aios pequenos prazeres (louváveis, decerto) de cada um; é, em suma, um quadro de boticários, padres, carolas e “doutores”, mais ou menos arqueólogos nas horas vagas, entre duas reuniões sociais ou no intervalo das aulas – o que não seria nada mau, se não fosse apenas isso.

Este quadro, pelo menos tão velho como Leite de Vasconcelos, que faleceu em 1914, tem-se mantido ao longo do tempo no essencial. Os anos, a crescente degradação do património encarregaram-se de lhe mostrar as insuficiências. De um domínio quase elegante da situação, passou-se a uma crescente imobilidade científica e ultimamente a uma situação onde os “incêndios” ultrapassam em número e exigência o corpo de bombeiros disponível.

Ao longo do tempo, experiências houve que apontaram a via: Museu Monogáfico de Conímbriga, grupo de arqueologia do Gabinete da Área de Sines e Museu Distrital de Setúbal, como arqueológico da Universidade d Minho e pouco mais. Mas fazia-se (e fez-se) sentir a falta de estruturas nacionais que organizassem e disciplinassem tudo aquilo que é caos ou existência vaga.

Os trabalhos de campo quase pararam

Terá sido 1980 o ano um do lançamento desse tipo de estrutura? Ainda é cedo para o sabermos, embora alguns dados que adiante referiremos apontem nesse sentido. Mas se

assim foi – o que deve ser saudado com ênfase – tal circunstância não pode fazer esquecer a crise que, talvez de forma pouco sensata, se veio a instalar no velho sistema a que aludimos.

É que ao velho deve suceder o novo, mas só se novo existir e estiver em condições de constituir alternativa. Ora, neste ano que passou, a discussão em torno de uma melhor organização estrutural da nossa arqueologia, conduziu, de facto, a uma quase estagnação da grande maioria dos projectos de trabalho em curso ou a iniciar. Houve muitas escavações e salvamentos até que não se chegaram a fazer, houve estudos que não vieram a lume, objectivos que não se cumpriram. Quer se atente numa certa demagogia governamental (“que muito promete...”), quer se releve a tremenda máquina administrativa da antiga Direcção-Geral do Património Cultural (actual Instituto Português do Património Cultural, IPPC), quer ainda se saliente a descoordenação própria dos momentos de viragem, em qualquer dos casos a verdade é que muito do que se poderia e deveria ter feito, não se fez: autorizações, subsídios e outros apoios vieram (quando vieram...) tarde demais, e num sistema que depende inteiramente de subsídios de ocasião, retirar-lhos significa o colapso.

Ainda hoje há despesas por pagar relativas a trabalhos deste Verão. Chegou-se ao ponto de pedir aos arqueólogos que adiantassem do seu bolso as verbas necessárias para os trabalhos (reminiscências talvez do tempo da arqueologia titulada...). Que o actual detentor da SEC atribua a incapacidade de produzir trabalho os excedentes orçamentais que parecem existir no final do ano, ou é uma piada de mau gosto, ou uma cegueira pretendida – a pior e mais e mais reveladora de todas, como diz o povo.

Apesar de tudo, continuaram alguns trabalhos importantes: Senhora dos Mártires (Alcácer do Sal), Alcáçova de Coimbra, Vilas Ruivas (Vila Velha de Ródão), etc.

Reuniões científicas e publicações

Este estado de coisas teve os seus reflexos também ao nível das reuniões científicas e das publicações deste sector. A mais importante das primeiras, o IV Congresso Nacional de Arqueologia, em Faro, inicialmente previsto para Março, só em Maio veio a realizar-se, com deficiências e ausências para as quais as indefinições dos apoios oficiais da SEC terão sido a maior justificação. Apesar de tudo, ele realizou-se: e para um país que não via um encontro deste tipo desde 1973, para um congresso que tinha vindo a ser adiado desde 1976 (data inicialmente prevista para a sua realização), bem se pode dizer que... do mal, o menos. E Faro foi um marco este ano que passou: antes de Faro, o trivial; depois de Faro, a polémica.

De facto, no IV Congresso Nacional de Arqueologia, para além do seu conteúdo e desigual interesse científico (com secções depauperadas e pouco mais do que em família, como a do Paleolítico e Mesolítico; com mesas-redondas muito animadas, como a do “Calcolítico no Centro e Sul de Portugal”; com anova e merecida consagração da arqueologia industrial, que se deseja não se fique pela “moda”; com o contacto com experiências interessantíssimas, como a de Mértola ou da Carta Arqueológica do Algarve). No Congresso, dizíamos, instalou-se a discussão, aquilo que bem pode ser o sêmen da mudança do crescimento.

Nele se discutiu. Vivamente, um “Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos”. Plano que, diziam uns, de tal só teria o nome; plano que afinal pouco veio a ser alterado em definitivo, confirmando-se em grande parte os perigos que em 22.6.1980 já aqui tínhamos denunciado. Plano, enfim, que valeu sobretudo pela perspectiva (e da planificação) e pela agitação produtiva a que conduziu.

Esperamos ansiosamente pelas actas deste congresso, desejando que venham efectivamente a lume e dentro de prazos razoáveis. Veremos se com elas não se passará o escândalo do anterior congresso (o de 1973), do qual só primeiro volume de actas foi publicado¹.

Entretanto, outras acções poderiam ser referidas: o II Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular; o Congresso sobre Povos e Línguas Ibéricas; encontros sobre arqueologia e epigrafia na Beira Baixa; a acção muito ampla, de divulgação cultural, do Museu de Setúbal; a actuação das associações de defesa do património, etc.

No plano editorial, para além do espaço cada vez maior que a arqueologia vem merecendo em revistas de temáticas históricas, salienta-se o lançamento, em Junho, da revista “Arqueologia”, única no seu género entre nós, que se pretende semestral, visando, tal como afirmou o seu director, Vítor Oliveira Jorge, “fornecer dados actualizados sobre os trabalhos em curso... e divulgar a arqueologia entre uma camada do público a quem normalmente não chegamos revistas de índole erudita”.

Finalmente, 1980 assistiu também ao renascer do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (MNAE). Renascimento ainda muito incipiente, mas já palpável: foram inauguradas várias exposições de qualidade, das quais a dos “Tesouros da Arqueologia Portuguesa” é a mais importante. A actual equipa científica a trabalhar neste museu pretende que estas exposições sejam no futuro o mostruário e, vamos lá, neste momento, o preço para o lançamento das infra-estruturas de trabalho (em meios técnico-laboratoriais e profissionais) que produzam a realização do que no futuro poderá ser uma instituição-museu, central no edifício da nossa arqueologia. Laboratórios de investigação (sedimentologia, palinologia, paleontologia) e de conservação e restauro, espaços de trabalho, programas museológicos e de investigação estão a ser preparados. Aguardando-os, há que estudar a sua inserção nacional e as suas fontes de financiamento, para o que a Fundação Gulbenkian já se mostrou aberta, reservando-lhes verba substancial.

Profissionalização e regionalização

De resto, esta actividade do MNAE é apenas a parte visível do vasto *iceberg* que mantém agitado o nosso meio arqueológico. Em 1980 deram-se passos decisivos com a publicação de alguns dos meios legais necessários ao lançamento de estruturas modernas, profissionalizantes e descentralizadas, a que nos temos referido. Assim: publicaram-se diplomas legais interessantes referentes à regionalização da actividade arqueológica (Serviços regionais de Arqueologia), estabelecendo-se quadros de profissionais para esses serviços; reestruturou-se organicamente (com muitas deficiências embora) a DGPC, transformando-a no IPPC, onde o Departamento de Arqueologia parece querer ser mais operante; prevê-se a

publicação de legislação referente ao funcionamento do Conselho Consultivo de Arqueologia, nacional e regional, etc.

De um poder de Estado conservador e ideologicamente reacionário não há que esperar muito no plano da filosofia política, a qual ele tem devidamente “controlada”. Mas tecnicamente os passos dados foram minimamente correctos e, se forem exequíveis, então, apesar de tudo, é de os saudar.

Simplesmente há justos e fundados motivos de suspeição quanto efectiva capacidade e vontade oficiais para levar inteiramente à prática a estrutura para que a legislação aponta. Em 1980 o Plano de Trabalhos Arqueológicos previsto comportava uma verba de mais de 12 mil contos. Não se vem muito bem como em 1981, com estruturas maiores e mais activas, possam ser previsível gastar menos ou sequer o mesmo. Se é verdade que com estruturas e bancos de material devidamente montados, o custo de cada acção de campo será substancialmente menor já que os arqueólogos poderão recorrer a tais meios materiais e humanos, se isto é verdade, então, como corolário, ter-se-á de dar a tais estruturas as condições necessárias para cumprirem a sua missão.

Até que ponto o poder de Estado quererá manter a dinâmica (há quem diga eleitoral...) do ano findo é o que o futuro esclarecerá. A crise de 1980 só terá justificação se tiver sido de crescimento. A não ser, estamos tamos aqui perante uma conhecida de governo em tempo de ida às urnas: a demagogia.

ⁱ De facto, a advertência aqui expressa veio a tornar-se realidade e em pior, ou seja, as actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia nunca viriam a ser publicadas. Pior ainda: nunca mais, até hoje, se fez congresso equivalente e provavelmente nunca mais se fará, até porque outras alternativas têm emergido, entre as quais as dos Congressos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que em boa medida os substituem, alias vantajosamente.